

TRAJETÓRIAS SURDAS NO ENSINO SUPERIOR DE SANTARÉM-PA

Dalianne Luma Mota Maciel¹
Eleny Brandão Cavalcante²

RESUMO

Este artigo analisa as trajetórias de pessoas surdas no ensino superior na cidade de Santarém, no estado do Pará, destacando os principais desafios enfrentados por esses sujeitos no processo de ingresso, permanência e conclusão de cursos de graduação. Com base em uma abordagem qualitativa e fundamentada em vivências pessoais e teóricas, o estudo busca compreender as implicações da surdez no contexto acadêmico, evidenciando as barreiras linguísticas, pedagógicas, sociais e estruturais que ainda persistem mesmo diante das garantias legais previstas em legislações como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005. A pesquisa também realiza um resgate histórico sobre a educação de surdos, desde períodos de exclusão até os avanços na valorização da Libras e da identidade surda. Enfatiza-se a importância da educação bilíngue como estratégia fundamental para promover a inclusão efetiva e o desenvolvimento pleno dos estudantes surdos, garantindo o respeito à sua língua e cultura. O estudo concluiu que, embora haja avanços significativos, ainda é necessário transformar as práticas pedagógicas e institucionais para que a universidade se torne verdadeiramente inclusiva, reconhecendo e valorizando a diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

Palavras-chave: Educação de Surdos. Inclusão. Bilinguismo.

DEAF TRAJECTORIES IN HIGHER EDUCATION IN SANTARÉM-PA

ABSTRACT

This article analyzes the trajectories of deaf individuals in higher education in the city of Santarém, Pará, highlighting the main challenges faced by these subjects in the process of entering, remaining, and completing undergraduate programs. Based on a qualitative approach grounded in both personal and theoretical experiences, the study seeks to understand the implications of deafness in the academic context, emphasizing the linguistic, pedagogical, social, and structural barriers that persist despite the legal guarantees established by laws such as Law No. 10.436/2002 and Decree No. 5.626/2005. The research also presents a historical overview of deaf education, from periods of exclusion to recent advances in the appreciation of Brazilian Sign Language (Libras) and deaf identity. The importance of bilingual education is emphasized as a key strategy for promoting effective inclusion and the full development of deaf students, ensuring respect for their language and culture. The study concludes that, although significant progress has been made, it is still necessary to transform pedagogical and institutional practices so that universities may become truly inclusive, recognizing and valuing the linguistic and cultural diversity of the deaf community.

Keywords: Deaf education. Inclusion. Bilingualism.

¹ Mestre em Educação - PPGE UFOPA, graduada no Curso de Licenciatura plena em Pedagogia, 2019 na Universidade Federal do Oeste do Pará -UFOPA. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Integradas de Ariquemes, 2020. Santarém, Pará, Brasil. ORCID id: <https://orcid.org/0009-0003-4233-8018>. E-mail: dalianne.mota@gmail.com

² Doutora em Educação. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, Brasil. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-8839-7916>. E-mail: elenycavalcante@hotmail.com

TRAYECTORIAS DE LAS PERSONAS SORDAS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN SANTARÉM-PA

RESUMÉN

Este artículo analiza las trayectorias de las personas sordas en la educación superior en la ciudad de Santarém, estado de Pará, destacando los principales desafíos enfrentados por estos sujetos en los procesos de ingreso, permanencia y finalización de sus estudios universitarios. Basado en un enfoque cualitativo y fundamentado en experiencias personales y teóricas, el estudio busca comprender las implicaciones de la sordera en el contexto académico, evidenciando las barreras lingüísticas, pedagógicas, sociales y estructurales que aún persisten, incluso ante las garantías legales previstas en legislaciones como la Ley N° 10.436/2002 y el Decreto N° 5.626/2005. La investigación también presenta un recorrido histórico sobre la educación de personas sordas, desde períodos de exclusión hasta los avances en la valorización de la Lengua de Señas Brasileña (Libras) y la identidad sorda. Se enfatiza la importancia de la educación bilingüe como estrategia fundamental para promover una inclusión efectiva y el desarrollo pleno de los estudiantes sordos, garantizando el respeto a su lengua y cultura. El estudio concluye que, aunque se han logrado avances importantes, todavía es necesario transformar las prácticas pedagógicas e institucionales para que la universidad sea verdaderamente inclusiva, reconociendo y valorando la diversidad lingüística y cultural de la comunidad sorda.

Palabras clave: Educación para Sordos. Inclusión. Bilingüismo.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a inclusão e acessibilidade do surdo na sociedade é muito válida, pois ainda há muito a ser feito, os surdos fazem capacitações em diferentes áreas, se graduam, mas, infelizmente, ainda são poucas as oportunidades de emprego em suas áreas de atuação. Isso ocorre na sociedade e começa dentro do ambiente escolar que deveria ser o exemplo de inclusão.

É importante que os profissionais da área da educação saibam se comunicar em Libras e saibam as dificuldades do surdo para tentar auxiliá-lo nas atividades e fazer com que possam inclui-lo em sala de aula, sabendo que a língua de sinais é a primeira língua do surdo e deve ser respeitada assim como o português na modalidade escrita em que o professor deve ter conhecimento sobre a gramática da língua de sinais para saber fazer a avaliação das atividades.

As maiores dificuldades e desafios que os surdos enfrentam em relação ao avanço de seu ingresso e da sua permanência em cursos de graduação estão vinculados aos aspectos resultados da insuficiência de intérprete ou profissional bilíngue e da dificuldade de ampla compreensão da língua portuguesa por parte do

surdo, a partir disso, entende-se que todas as formas de reconhecimento da língua de sinais e implementação dos termos educacionais voltadas para esse público se tornou essencial com as medidas adicionadas por meio de princípios promulgados.

Foi a partir da década de 1980 que os princípios promulgados pela ONU para o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído em 1981, e da Década das Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência - 1983 a 1992, contribuíram para o respaldo ao reconhecimento do direito de acesso dessa população a todos os níveis de ensino, fomentando ao longo dos anos seguintes o aumento do número de matrículas desses estudantes em IES, ainda que esses contextos apresentassem as mais diversas barreiras (Brito et al., 2013; Silva, 2014 apud CABRAL, 2017).

O direito a educação possibilitou um avanço na compreensão das características e vantagens em atribuir o status linguístico das línguas de sinais. De fato, as normas reguladoras educacionais advindas de movimentos políticos acrescentam positivamente este assunto de forma a atenuar as problemáticas educacionais, identificando fatores facilitadores para determinar as transformações no âmbito do acesso dos alunos no ensino superior.

A comunicação é um dos grandes desafios enfrentados pelas pessoas surdas. Algumas das dificuldades apresentadas pelos surdos com relação aos professores é quanto a didática utilizada em sala de aula, assim como dificuldade de interpretação textual e falta de intérpretes.

Dessa forma, o tema em questão parte da motivação para realização de um estudo que revela uma estreita relação com minha experiência acadêmica na Ufopa, dentro do curso de licenciatura em Pedagogia enquanto pessoa com Surdez. Portanto, estou imersa neste problema, tendo em conta que vivenciei justamente aquilo que busquei compreender com este estudo. Entretanto, meu olhar agora é sobre o outro, e sobretudo na tentativa de registrar em um estudo acadêmico a importância de olhar para os processos de inclusão de pessoas Surdas no ensino superior.

EDUCAÇÃO DE SURDOS: BREVE HISTÓRICO

A história da educação da pessoa com deficiência é marcada por um longo caminho de estereótipos, marginalização e assistencialismo. Nas sociedades do período da Antiguidade Clássica as pessoas com deficiência eram consideradas verdadeiras maldições enviadas pelos deuses de suas crenças. Logo ao nascerem às crianças com algum tipo de deficiência eram mortas ou abandonadas.

Aristóteles, um dos grandes pensadores da época mencionada, afirmou que a audição era o principal meio para a aquisição da educação, o que contribuiu para que o surdo fosse considerado pela sociedade antiga como um ser totalmente desprovido de qualquer capacidade cognitiva. “No decorrer do tempo, isso teria sido interpretado como se Aristóteles tivesse negado ao surdo qualquer possibilidade de instrução. Restava, então, elucidar a causa por que os surdos são mudos e, portanto, inaptos para a instrução” (Soares, 1999, p.13).

Durante a antiguidade a pessoa com surdez nem mesmo era considerada humana, “a provável razão para eliminação de pessoas loucas na idade média era religiosa: está apossado de ‘espíritos malignos’, de demônios, do pecado e não do desvio ao padrão de normalidade do corpo” (Bentes, 2010, p. 30).

Foi apenas no século XIX, com Adolphe Quetelet (1796-1847), que o surdo passou a ser considerado como um ser humano, principalmente, aqueles que pertenciam às famílias mais ricas. Nesta época a sociedade era dividida basicamente em três camadas sociais (clero, nobreza e plebe), com pouca ou quase inexistente flexibilidade social, pois como o *status* social era oriundo do aspecto sanguíneo, aquele que nascia em família pobre era quase impossível deixar a plebe, enquanto nobres e clérigos permaneciam no topo da pirâmide social.

Para não ser obrigada a dividir sua riqueza com classes sociais inferiores, a nobreza casava entre si, e como consequência, existiam muitos casos de surdez. Como a Igreja afirmava que aqueles que não se confessavam não eram cristãos, os nobres surdos, por não falarem, teriam almas mortais e por isso não seriam considerados cristãos.

Dessa maneira, os primeiros professores dos surdos foram os religiosos, porém vale a pena ressaltar que a primeira tentativa de instrução dos surdos não foi impulsionada pela preocupação em educar a pessoa com perda auditiva, mas sim, pela necessidade de uma classe social de manter seus privilégios. A Igreja

Católica “salvaria” aquelas almas e, concomitantemente, garantiria os dízimos disponibilizados pela nobreza.

[...] para explicar a origem da preocupação da igreja para com a educação dos surdos é de que era preciso salvar uma alma que estava na ignorância da religião. Desta feita, a língua de sinais que surgiu nos mosteiros medievais pode estar relacionada com a concepção religiosa de imitar a vida no martírio dos primeiros cristãos, com votos de pobreza, castidade e de obediência, associados ao isolamento social, a vida asceta, ao jejum, ao trabalho árido e ao silêncio. Quanto ao silêncio, entendia-se que o contato com o mundano contaminava a alma e o silêncio tinha a função de apagar as lembranças da vida pregressa (Bentes, 2010, p. 57).

No séc. XVI, já na Idade Moderna, Pedro Ponce de Leon foi um dos primeiros a se preocupar com a plena educação das pessoas com surdez. Utilizou a escrita para educar vários surdos e teve sua metodologia de educação conhecida em toda a Europa. Comprovando que o surdo era capaz de aprender e desconstruindo o que muitos pensavam sobre a educação das pessoas surdas.

Ponce de Leon provou com sua ação educativa que os surdos são capazes de aprender e tornarem-se tão eficientes na aquisição do conhecimento como aqueles que escutam. Deve-se ressaltar que neste período era muito importante falar, pois a maior parte da população era composta por analfabetos e por isso a palavra falada tinha tanto valor quanto um documento, assim, aquelas famílias nobres precisavam que seus filhos surdos, principalmente os primogênitos, falassem para garantir seus direitos. Dessa maneira, a maioria dos alunos de Leon pertencia à classe social mais alta. O que comprova o interesse econômico acima do interesse pela educação.

Contudo, foi o médico, matemático e astrólogo italiano Gerolamo Cardano (1501 – 1576) que pesquisou e concluiu que o fato de não falar não alterava em absolutamente nada o aspecto cognitivo da pessoa surda.

Foi a partir desses estudos que Cardano teria afirmado que a escrita poderia representar os sons da fala ou representar ideias do pensamento e, por isso, a mudez não seria impedimento para que o surdo adquirisse conhecimento. Cardano também teria proposto avaliar o grau da capacidade de aprendizagem entre diferentes tipos de surdos. Para isso, propôs a seguinte divisão: aqueles que haviam nascido surdos, os que adquiriram a surdez antes de

aprender a falar, os que a adquiriram depois de aprender a falar e, finalmente, os que a adquiriram depois de aprender a falar e escrever. A partir disso, teria estabelecido uma relação entre as diferentes categorizações, através do nível de aprendizagem alcançado por cada um. Isso o teria levado a afirmar que a surdez, por si mesma, não modificaria a inteligência da criança e que, portanto, a educação deste tipo de pacientes deveria ser realizada pelo ensino da leitura e da escrita (Soares, 1999, p.17).

No séc. XVI Cardano concluiu que a limitação auditiva não é empecilho para a aprendizagem do surdo, porém, atualmente, muitas pessoas ainda estão presas a ignorância e acreditam que os surdos não são capazes de aprender. Isso porque como os surdos não escutam e, consequentemente, não conseguiam se comunicar (por não ter acesso à uma língua), não aprendiam as normas sociais e o próprio conhecimento, assim, não tinham um comportamento em conformidade ao estabelecido pela sociedade, por isso eram percebidos como bobos.

No Brasil, na década de 50 do séc. XX, ocorreram algumas mudanças na área da educação dos surdos, onde reivindicava-se um ensino de qualidade. As discussões em torno da primeira lei de Diretrizes e Bases da educação são intensas e as campanhas de alfabetização também. Neste contexto encontramos a diretora Ana Rímoli de Faria Dória a frente do Instituto Nacional de Surdos do Brasil. Em sua gestão o instituto teve o método oral oficialmente adotado no ensino das pessoas com surdez e foi implantado o Curso Normal de Formação de Professores para Surdos no Brasil.

A história da educação dos surdos nos apresenta um longo caminho de luta para que gradativamente a comunidade surda pudesse alcançar direitos que atualmente são de grande importância para possibilitar o desenvolvimento dos surdos e assim uma maior qualidade de vida. Partimos de um período histórico que negava o direito à vida das pessoas com deficiência, passando pela medicalização e chegamos até o momento da história brasileira quando o método oralista, buscando a normalização dos corpos surdos, foi aceito como a melhor maneira para educar a pessoa surda.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR.

O que é Bilinguismo?

Conceitua-se Bilinguismo como o uso de duas línguas distintas por um mesmo falante, ou seja, se uma pessoa fizer uso de duas línguas este será classificado como bilíngue (Kubaski; Morais, 2009). Dessa forma, destaca-se a relevância da interação de surdos com ouvintes, reciprocamente, que possuem o conhecimento das duas línguas, a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais, como bilíngues.

O Bilinguismo, como abordagem educacional, na comunidade surda surge em meados da década de 80, o qual se reconhece que as línguas de sinais são independentes das línguas orais. Este defende que o surdo adquira primeiramente a língua de sinais e depois a modalidade escrita da língua majoritária e o ensino de disciplinas escolares ao surdo deve ser feito por meio da Libras. Assim, bilinguismo:

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se ‘misture’ uma com a outra (Lacerda, 1998, p.10).

O Bilinguismo pode ser estritamente considerado, como uma proposição usada pelas instituições de ensino para desencadear um ensinamento de fácil acesso para as pessoas surdas, o uso de duas línguas dentro da escola, tornando-se pertinente para o ensino do acadêmico surdo, seja da educação básica ou ensino superior, sempre considerando a língua materna a língua de sinais e, a partir dela, desenvolver o ensino da segunda língua, na modalidade escrita. Assim, torna-se mais coerente o reconhecimento das pessoas surdas na comunidade linguística, propondo sua inserção baseada no Bilinguismo.

O desenvolvimento linguístico dos surdos relaciona-se com a possibilidade de um trabalho em equipe, formado pelo conjunto de surdos bilíngues especializados com ouvintes bilíngues também capacitados. Essa união permite

que cada um contribua com seus conhecimentos, principalmente porque os recursos visuais são importantes para se compreender a língua portuguesa, para isso, é essencial que o profissional encarregado de ensinar provoque desafios, avaliando seu desempenho na linguagem escrita, além de assegurar eficácia quando traduzir para Libras.

A participação do professor bilíngue e sua contribuição para os fatores que compõem o aprendizado de alunos surdos em Libras – Português, enfatiza a relevância do ensino da Libras nas escolas e sua importância ao empregar métodos diferenciados, a fim de proporcionar um ensino adequado para surdos. A falta de profissionais qualificados afasta muitos surdos da vida acadêmica, prejudicando ainda mais seu desenvolvimento social e profissional. Nesse sentido, o bilinguismo possui um papel fundamental para surdos e ouvintes, pois, o acesso ao conhecimento das duas línguas abre caminhos e quebra paradigmas.

Visualizar uma escola plural, em que todos que a integram tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores e produtos de uma cultura [...] Pouco adianta a presença de surdos se a escola ignora sua condição histórica, cultural e social (Machado, 2008, p. 78).

A identidade dos surdos e sua cultura são refletidas através do bilinguismo, considerando a educação bilíngue como aspecto que posiciona o surdo na sociedade de forma positiva, excluindo sua deficiência e tornando sua presença um fator comum, como um estrangeiro que vem ao país e aprende português.

A língua de sinais, por apresentar uma estrutura distinta do português, pode ser vista em forma de mediação para compreender o português, isso ocorre quando as metodologias apresentadas em sala de aula são utilizadas de forma favorável na educação dos surdos, eliminando qualquer impedimento de aprendizagem, permitindo um desenvolvimento completo, formando surdos que sabem ler e escrever adequadamente em ambas as línguas.

Legislação para a educação bilíngue no Brasil

A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como uma língua em 24 de abril de 2002 quando promulgaram a Lei nº 10.436, isso ocorreu após o avanço de políticas de inclusão implementadas pela comunidade surda, que lutam bravamente para ter seus direitos. Atualmente, muitos ouvintes também são usuários de Libras, o que permite a interação eficiente entre as comunidades surda e ouvinte.

A Declaração de Salamanca (1994) já criada anteriormente, fundamenta os aspectos a respeito da inclusão da pessoa com necessidades especiais, garantindo não apenas o direito de acesso, mas também a permanência do aluno nos diversos níveis de ensino, inclusive na Educação Infantil. Ressaltando ainda, que a escola deve considerar as diferenças, dispondo de adaptações necessárias, afim de atender as necessidades de aprendizagem de cada aluno no processo de aprendizagem.

Esta declaração abrange todas as relações de ensino da educação especial, pois traz em seu texto concepções de que todas as crianças possuem suas características, interesses, habilidades e necessidades, e estas possuem o direito à educação e aprendizagem.

Para ampliar os direitos linguístico já previstos, em 03 de agosto de 2021, entra em vigor a Lei nº 14.191 que determina a redefinição da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Essa nova lei trata o bilinguismo como uma base educacional para os surdos, no entanto, em 2006 o PNE nomeia a língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua, de modo, a reforçar as características linguísticas da comunidade surda, priorizando não somente o ensino de Libras, como também do português. Isso mostra os resultados das lutas pelo reconhecimento, uma conquista que fora adquirida gradualmente pela comunidade surda.

Em grande escala, os direitos e garantias fundamentais previstos na constituição federal de 1988, que beneficia a todos os brasileiros, deixa claro que a inclusão possui forças, principalmente porque o estado não via como sua responsabilidade a inclusão escolar, o acesso dos surdos a escola era limitado, um

tabu, gerando conflitos de opiniões, pois haviam aqueles que acreditavam que eles deveriam sim frequentar o ambiente escolar.

A lei que rege sobre o bilinguismo na educação, traz ainda mais forças para que todos os surdos possam ter legitimidade e com ela o acesso ao ensino bilíngue nas escolas. Porém, cabe a escola desenvolver métodos de ensino adequados a fim de atender com qualidade os alunos surdos, pois, as dificuldades começam quando os alunos e professores não são bilíngues, o que gera uma diversidade.

TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS SURDOS DO ENSINO SUPERIOR DE SANTARÉM

Da Educação Infantil ao Ensino Médio

A educação é a porta de entrada para um novo mundo que se inicia na educação infantil e vai até o ensino médio. Assim como os alunos ouvintes, os alunos surdos enfrentam diversas dificuldades em sala de aula, desde a falta de profissionais para a efetiva educação especial até a fase de comunicação com os colegas de classe, cuja relevância mostra-se através do ensino bilíngue, o que deve ser considerado um ato de estímulo para conquistar uma educação que alcance a todos sem discriminação.

Através da educação, pode-se alcançar objetivos e se erguer dentro da sociedade, sendo um desafio para os educadores atender os alunos surdos e ouvintes ao mesmo tempo, o que torna desafiador também para os alunos, mesmo com um professor bilíngue qualificado, essas dificuldades não são sanadas com facilidade, às vezes, mesmo com um intérprete, ainda há a preocupação se os alunos surdos estão sendo incluídos adequadamente.

Muitos educadores não se sentem aptos para receber em sala de aula um aluno surdo, na maioria das vezes os órgãos gestores da educação não contratam intérpretes, para dificultar ainda mais, os professores responsáveis pelas turmas não são bilíngues. Segundo Anjos, Andrade e Pereira (2009, p. 122):

O impacto sentido pelos professores no início do trabalho com alunos deficientes faz com que estes percebam um vazio na sua formação.

A falta de um treinamento e o fato de que esses novos sujeitos que estão na sala de aula necessitam de novas capacidades e novos modos de pensar; a certeza de que estão improvisando pode levar os professores a descobrir novos fazeres e novos saberes, não necessariamente subordinados ao ‘fazer correto’; as dificuldades encontradas pelo professor podem ajudar a modificar um projeto pedagógico que, por ter-se tornado automático, tornou-se ‘fácil’. A necessidade que o professor sente de ser instigado, incentivado diante das dificuldades encontradas e dos desafios colocados induziu-os na busca da sua capacitação. (Anjos, Andrade e Pereira, 2009, p. 122).

No ensino fundamental, o acesso à informação metodológica é possível através da presença de um intérprete em sala de aula (nas séries finais), não basta necessariamente o professor ser bilíngue. Então o trabalho, por ser maior, exige um profissional capacitado em realizar a interpretação na sala de aula. Contudo, muitas escolas não possuem intérpretes, o que torna o aprendizado um caminho longo e assim a maioria dos alunos surdos abandonam a escola ou demoram para concluir esta fase.

Antes de ingressar no ensino médio, ao concluir o ensino fundamental, estima-se que o aluno surdo se torne bilíngue, o que acaba não sendo verdade, pois, a maioria dos surdos que cursam o ensino fundamental possui dificuldades em relação a língua portuguesa e em relação a sua própria língua materna, Libras. Isso ocorre, pelo fato de não haver um ensino adequado quando estes estavam na educação infantil. Dada situação pelo motivo de falta de um professor bilíngue, ou até mesmo, apesar da escola ser inclusiva, passarem pelo processo de exclusão dentro da sala de aula.

Apesar de barreiras que impedem as reformas educacionais em relação a educação de surdos no ensino fundamental, pode-se afirmar quão importante a comunidade surda se tornou, e suas crianças estão sendo alvo das mudanças desde suas raízes, garantindo oportunidades que vão afetar positivamente seu futuro. Apesar de ainda existir preconceitos e superioridades, os alunos surdos que cursam o fundamental se empenham a continuar sua jornada acadêmica, e alcançar o ensino médio.

No ensino médio, assim como no ensino fundamental, também requer a presença de um intérprete em sala de aula, pois os desafios enfrentados não são diferentes, os atendimentos metodológicos específicos e especializados para os

alunos surdos requerem compreensões literais nos processos de ensino, com práticas didáticas pautadas nos aspectos visuo-espaciais, com objetivo de expandir os horizontes e fomentar o interesse dos alunos em prosseguir em carreira acadêmica.

Os métodos inclusivos vão muito além de atividades educativas, o contato direto com os colegas e a comunidade escolar requer atenção, essas relações no ambiente escolar são fortalecidas pelo fato dos professores serem bilíngues e pela presença de um intérprete profissionalizado, além do ensino básico de Libras para os demais alunos ouvintes, tornando o uso da língua de sinais um ato comum dentro da escola, construindo experiências que possibilitam uma maior interação dos alunos surdos no ensino médio, construindo um ambiente inclusivo.

Do Ensino Superior

O assunto a respeito do ingresso de pessoas surdas no ensino superior em Santarém ainda é uma novidade, por isso, o propósito dos gestores educacionais está conectado com o objetivo de contribuir para que a inclusão de surdos em cursos de graduação seja questão de discussão, principalmente pelo motivo da demanda de surdos que ingressam ainda ser pequena, em razão das dificuldades não sanadas desde a educação infantil, o que diminui o interesse de surdos em realizarem um curso de graduação.

Assim, as instituições de ensino devem se preocupar mais em adequar o contexto educacional às especificidades do aluno, propondo um espaço que envolva sua realidade e individualidade, fornecendo adaptações para efetivar a educação inclusiva no âmbito do ensino superior. Dessa forma, pode-se destacar o empenho de cada uma em relação aos atributos que valorizam os interesses dos acadêmicos surdos nas dimensões acadêmicas, permitindo um ambiente repleto de igualdade, respeitando as diferenças e valorizando cada um conforme a sua escolha ou pretensão.

Apesar do índice de surdos que conseguem ingressar em uma graduação ser baixo, o crescimento educacional de surdos tem sido bastante elevado nos últimos tempos, isso foi possível através do decreto nº 7.611 de 2011 que dispõe sobre o

ensino especializado a fim de estruturar os meios e acessos para pessoas surdas que anseiam continuar seus estudos de forma ilimitada, assim, o acesso ao ensino em instituições federais para alunos surdos se torna realidade, pois a acessibilidade auxilia na quebra dos obstáculos, permitindo que sejam matriculados em instituições de ensino superior.

Portanto, a acessibilidade na educação expande-se além da educação básica, abrangendo o ensino superior, com políticas de educação e acessibilidade que desempenham papéis para assegurar o ingresso de surdos nas universidades. Sabe-se que assim como no ensino regular, o mundo universitário não está sem adversidades, os acadêmicos surdos ainda enfrentam obstáculos referentes as metodologias e didáticas, compreensão, produção e interpretação, além da falta de intérpretes.

A pesquisa foi realizada em 2023 através de entrevistas com acadêmicos surdos da cidade de Santarém, com roteiro semiestruturado com dez surdos, que concluíram sua graduação, a fim de compreender o seu processo de escolarização. A escolha para cada entrevistado fora realizada a partir da formação acadêmica a destes, sendo uma pessoa surda com ensino superior concluído ou em andamento, sejam de instituição privada ou pública, com entrevista realizada por meio de ligação de vídeo em Libras e gravação das respostas em vídeo enviado pelo aplicativo de mensagens *whatsapp*.

IES	ENTREVISTADO	CURSO
IESPES	Antônia Lisliane Cardoso Portela	INFORMÁTICA
UNOPAR	Glaucilene dos Santos Picanço	PEDAGOGIA
UNAMA	Aurilane B. Marques	DIREITO
	Suelen Mendes da Silva	PEDAGOGIA
	Bruna Monteiro	PEDAGOGIA
	Cristiano Sabino Mota	PEDAGOGIA
IESPES	Luiz Armando Mendonça Crvalho	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
IESPES	Neliane Jesus de Oliveira	INFORMÁTICA
UNOPAR	Elton da Gama Gomes	PEDAGOGIA
UFOPA	Gracy Kelly Serra de Souza	PEDAGOGIA

A cidade de Santarém conta com diversas instituições de ensino superior que recebem surdos como acadêmicos, apesar de não possuir um número considerável

de intérpretes e nem professores bilíngues, realizam um excelente trabalho que contribui para formação de cada surdo, abrindo cada vez mais as suas portas para expandir a inclusão no meio universitário, gerando oportunidades de pessoas surdas tornarem-se profissionais valorizados, independentemente de sua condição biológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias de estudantes surdos no ensino superior em Santarém-PA revelam um cenário complexo, em que conquistas importantes no campo legal e institucional ainda não se traduzem plenamente em práticas educativas verdadeiramente inclusivas. A presença de sujeitos surdos nas universidades, embora crescente, é marcada por desafios significativos, como a escassez de intérpretes, a ausência de professores bilíngues e a falta de materiais pedagógicos acessíveis. Esses obstáculos evidenciam que o acesso à educação superior por si só não garante a permanência, o aprendizado e o sucesso acadêmico dos estudantes surdos.

A análise histórica e pedagógica apresentada reforça que o reconhecimento da Libras como primeira língua e o fortalecimento da educação bilíngue são passos fundamentais para assegurar a equidade no ensino. No entanto, tais medidas só serão eficazes se acompanhadas de mudanças estruturais e culturais dentro das instituições, que devem se comprometer com a formação contínua dos seus profissionais e com a criação de ambientes que respeitem a identidade surda como legítima e valorizada.

Concluir este estudo é, portanto, reafirmar que a inclusão da pessoa surda no ensino superior não se resume à inserção física nos espaços acadêmicos, mas envolve a construção de uma universidade que compreenda a diferença como potencial e promova, de fato, a justiça educacional. Reconhecer, apoiar e visibilizar as trajetórias surdas é um compromisso ético e social que nos convida a repensar a educação como um direito pleno, acessível e transformador.

REFERÊNCIAS

ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. M.; PEREIRA, M. R. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. *Rev. Bras. Educ.*, v. 14, n. 40, 2009.

BENTES, José Anchieta de Oliveira. **Les formes du travail enseignant dans l'éducation des sourds: études historiques et de représentations sociales.** 2010. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em:
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2868?show=full>. Acesso: 31 jul. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº. 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº. 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL, Declaração de Salamanca. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL, **Declaração Universal Dos Direitos Linguísticos.** Junho de 1996. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL, **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3986/2020.** Inclui o ensino da LIBRAS como disciplina obrigatória no currículo do ensino fundamental. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2258874>. Acesso: 22 jan. 2023.

CABRAL, L.S.A. Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: **histórico, políticas e práticas.** 2017. Disponível em:
<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/3826>. Acesso: 21 jul. 2023.

KUBASKI, C; MORAES, V. P; **O Bilingüismo como proposta educacional para crianças surdas**; IX Congresso nacional de educação- EDUCERE; III Encontro sul brasileiro de psicopedagogia; PUCPR, 2009.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos**. Caderno cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998.

SKLIAR, Carlos. A Surdez: **Um Olhar sobre as Diferenças**. Porto Alegre: Ed. Mediação. (Org) 1990.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil** / Maria Aparecida Leite Soares. – Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

Recebido em: 08 de junho de 2025.
Aprovado em: 15 de agosto de 2025.
Publicado em: 29 de agosto de 2025.

